

## REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA POPULAÇÃO DE RUA; PRESIDENTE PRUDENTE (SP).

Luciano Antonio Furini\*  
Eda Maria Góes\*\*

**Resumo:** A partir do estudo de caso de Presidente Prudente (SP), procuramos analisar o processo pelo qual as pessoas pertencentes à população de rua – pessoas que efetivamente possuem as ruas como local de moradia – incorporam ou não em suas representações a culpa de se encontrarem nesta situação. Nesse contexto, atentamos para o papel dos rótulos, produzidos a partir de alguns mediadores sociais que poderiam gerar auto-representações de aceitação ou de negação de representações sociais depreciativas, funcionando como possíveis adaptadores e condicionadores de novas representações. Nesta perspectiva, a partir da abordagem da Teoria das Representações Sociais, buscamos problematizar o impasse existente entre conceitos científicos e representações sociais que, permeados pela ideologia, podem deslocar uma provável culpa do âmbito público coletivo para o âmbito privado individual. Enfim, este ensaio pretende levantar hipóteses que possibilitem articular as representações sociais geradas no universo da população de rua.

**Palavras chave:** população de rua; representações sociais; ideologia; Presidente Prudente (SP); lugar.

### SOCIAL REPRESENTATIONS OF HOMELESS; PRESIDENTE PRUDENTE (SP)

**Abstract:** From our study in Presidente Prudente (SP), we look for to analysed the process for wich people belong to the homeless group. Inside of this comment we observe if they incorporate or not it feeling guilt in its representation. In this context, we also detach the stereotypes produced from some important social mediation in the construction of new representations - they would work like a possible conditioners and adapters of new representation. From our point view, the Social Representations Theory, we look for the impasse between scientific concept and social representation. Both of them influenced by ideology, they can move a hypothetical guilt of the public and collective scope to

\* Mestrando no Curso de Pós Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista – FCT – Campus de Presidente Prudente. e-mail luanfu@bol.com.br - Bolsista do CNPq – Brasil.

\*\* Docente do Curso de Graduação e de Pós-Graduação em Geografia da FCT/UNESP de Presidente Prudente. e-mail edagoes@prudente.unesp.br .

the prevailed and individual one. So, we try to rise a series of hypothesis that they make possible to articulate the social representations generated in the universe of homeless.

**Key-words:** homeless, social representation, ideology, Presidente Prudente (SP), place.

## INTRODUÇÃO

Nos anos 90 a noção de exclusão social ganha o centro do debate político e intelectual no que se refere a espaços sociais e grupos de universos estigmatizados. Nesse contexto os moradores de rua ganham visibilidade e passam a configurar um segmento da população passível de estudos, até então pouco aprofundados.

No Brasil, tal qual em outros países, a rua é representada como lugar perigoso portador de ameaça. A mídia colabora na construção dessa representação ao instigar o medo, quando da manipulação da notícia, enfatizando acontecimentos como: saques e seqüestros. As grandes cidades são as que mais fornecem *matéria prima* para a mídia nessa disseminação estigmatizada da representação da rua.

Embora nossa pesquisa: *Processos Sociais Excludentes em Presidente Prudente (SP): o caso da população de rua e das entidades assistenciais: uma análise do cotidiano e do vivido na reprodução da vida e do lugar*, tenha como referência uma cidade média (Presidente Prudente possui aproximadamente 189.000 habitantes (2000) e uma posição estratégica por estar localizada no entroncamento que liga os Estado do Mato Grosso do Sul e do Paraná com o de São Paulo), encontramos relações sociais permeadas por representações sociais que são pautadas em algo próprio da esfera pública nacional.

Atualmente nossa pesquisa tem priorizado abordar o conceito de *lugar* e o universo das representações sociais relativas à população de rua, mas neste texto procuramos apresentar o processo no qual as pessoas pertencentes à população de rua – pessoas que efetivamente possuem as ruas como local de moradia – incorporam ou não em suas representações a culpa de se encontrarem nesta situação.

Os rótulos a que são submetidos poderiam, dessa maneira, gerar auto-representações de aceitação ou de negação de representações sociais depreciativas.

Nesta perspectiva pretendemos estar atentos para o impasse existente entre conceitos científicos e representações sociais que, permeados pela ideologia deslocam uma provável *culpa* do âmbito público coletivo para o âmbito privado individual.

Sawaia (2001), considerando os processos sociais excludentes, incorpora a questão da afetividade ao patamar ético-político. Destacando, desta forma, como a análise de elementos

relacionados ao sofrimento recupera o *indivíduo* perdido nas análises econômicas e políticas sem perder o coletivo.

Com isso Sawaia aponta a idéia de que: "Corpo é matéria biológica e social, tanto que sua morte não é só biológica, falência dos órgãos, mas social e ética. Morre-se de vergonha, o que significa morrer por decreto da comunidade" (SAWAIA, 2001, p.101). Neste contexto, pesquisar como estes tais *decretos da comunidade* são publicados e obedecidos pode ser de grande utilidade para se entender parte das relações de poder estabelecidas.

São as representações sociais que podem nos fornecer explicações capazes de desvendar como estas duas *cargas sociais* – configurar-se como membro de um grupo atingido por processos sociais excludentes; ser considerado o culpado da situação em que se encontra – colocadas sobre essa população se configuram e quais elementos devem ser trabalhados para colaborar com uma possível reversão de tal quadro.

As representações sociais configuram saberes sociais sujeitos a explicações. Elas:

*[...] são tomadas como fenômenos que devem ser eles próprios explicados. Neste caso, cabe a teoria penetrar nas representações – ou provocar algo como uma cisão do átomo, segundo a imagem empregada por Moscovici – a fim de descobrir sua estrutura e seus mecanismos internos. Não se trata, obviamente, de uma descoberta, mas da proposição de uma estrutura hipotética e de um modelo de relações dinâmicas que se mostrem compatíveis com as características sistematicamente evidenciadas do fenômeno* (SÁ, 1996, p.45, grifos do autor)

Com estas considerações pensamos estar claro que conhecer a organização das representações sociais da população de rua é algo que nos propiciará a formulação de hipóteses sobre parte das relações existentes no que se refere ao vivido desta população e a ordem social excludente a que são submetidos.

## 1 O LEVANTAMENTO DOS DADOS

Neste trabalho optamos por realizar entrevistas temáticas diversas. Destas entrevistas identificamos duas que resistiram como interpretações de *sujeitos genéricos* – possíveis representantes do grupo. Esta identificação pautou-se em quatro variáveis: localização do grupo; liderança ou influência do entrevistado junto ao grupo; fluxo de auto-análise na entrevista – profundidade; padrão de construção das explicações.

Foram as entrevistas e a proximidade com a população de rua que propiciaram vislumbrarmos o contexto deste segmento da população. Isso foi importante, pois no trabalho com os conteúdos foi possível distinguir a organização e os processos existentes.

Em seguida foram elaborados *quadros sintéticos* onde buscamos dar conta de captar os processos de objetivação e de ancoragem. A construção hipotética da explicação sobre o resultado ou consequência da interação entre representação e ação, foi outra busca na qual nos empenhamos, pois: "O resultado do complexo representação e ação e sua consequência contingencial é, portanto, passível de uma verdadeira explicação causal" (WAGNER, 2000, p.179).

Os processos de objetivação e ancoragem são centrais no que diz respeito a formação e organização das representações sociais. Desta forma: "A objetivação consiste em uma *operação imaginante e estruturante*, pela qual se dá uma forma – ou figura – específica ao conhecimento acerca do objeto, tornando concreto, quase tangível, o conceito abstrato, como que *materiando a palavra*" (JODELET apud SÁ, 1996, p.47, grifos do autor). Também: "objetivar é descobrir a qualidade icônica de uma idéia ou ser imprecisos, reproduzir um conceito em uma imagem [...] desde de que nós pressupomos que as palavras não falam de nada, somos compelidos a ligá-las a alguma coisa, a encontrar equivalentes não verbais" (MOSCOVICI apud SÁ, 1996, p.47).

Já a ancoragem "consiste na integração cognitiva do objeto representado a um sistema de pensamento social pré-existente e nas transformações implicadas em tal processo" (JODELET apud SÁ, 1996, p.46). Também ancorar é classificar e denominar: "coisas que não são classificadas nem denominadas são estranhas, não existentes e ao mesmo tempo ameaçadoras" (MOSCOVICI apud SÁ, 1996, p.46).

Sá (1996) explica como Moscovici demonstra os processos de objetivação e ancoragem: *a transformação do não familiar em familiar*. Assim, se objetivar implica em se dar uma figura ao objeto, ancorar implica em se dar um sentido a uma figura interpretando-a e classificando-a.

De posse destas entrevistas profundas, a partir das quais formulamos os quadros sintéticos – buscando não perder de vista o contexto geral – privilegamos a incorporação na síntese das explicações dadas por entrevistados no que se referia a sua própria situação. Foram as explicações que *afioraram* – as que ultrapassaram as estruturas das perguntas – que foram priorizadas. Também procurou-se entender as hesitações, pausas e o *dizer* contido nas falas.

Os quadros sintéticos buscam revelar a interação entre representação e ação ao redor de um determinado objeto. Também comparam essa interação – representação e ação – com o resultado ou consequência efetiva com a situação em que se encontram. Desta forma, hipóteses são levantadas logo após a avaliação das explicações, explicações estas que são teorias do senso comum.

## 2 OS QUADROS SINTÉTICOS

Um primeiro esboço dos aspectos contidos no quadro sintético vamos apresentar neste momento, porém é necessário deixar claro que trata-se de uma adaptação dos mapas mentais, os quais possibilitam *ver* as relações de idéias existentes em determinadas dimensões.

De posse das entrevistas pudemos compor os quadros sintéticos. E com os quadros sintéticos pudemos estabelecer uma possível aproximação com os mecanismos geradores e perpetuadores dos processos sociais excludentes.

No contexto social dominar implica impor regras. Uma característica intrínseca às regras é que são passíveis de serem transgredidas. Estabelecer regras gerais em sociedades desiguais implica em se decretar de antemão os transgressores sem dar-lhes chance de contestação, pois só assim consegue-se um réu para alimentar o processo. O culpável possui uma representação tão assimilada às regras impostas que acaba, muitas vezes, por ser ele próprio seu acusador.

Sawaia (2001) destaca que hoje a culpa tende a substituir a vergonha, mudando o caráter da expiação, de pública à individual e privada. O entrevistado José Roberto explica como foi que *ficou sem vida*:

"Tô desempregado agora! E a mulher mandou eu embora!"

"Tenho quase certeza, então, enquanto eu não bebia eu tava numa boa com minha mulher [...]"

"Mas depois eu comecei a bebe, aí a família desandou!"

"Era uma vida! Uma vida [...]"

"[...] infelizmente desandei [...]"

"O safado, o safado foi eu! O safado foi eu!"

"Eu não culpo ninguém [...]"

"O único errado só foi eu!"

"Mas eu num vô atrás! Sabe por causa de que? Pra num dá desgosto pra minha mãe [...]"

"Eu vô voltar ao que eu era!"

"Se eu tivé uma vida eu venço!"

Destacamos que: "A vergonha e a culpa são apresentadas como sentimentos morais generativos e ideológicos com a função de manter a ordem social excludente, de forma que a vergonha das pessoas e a exploração social constituem as duas faces de uma mesma questão" (SAWAIA, 2001, p.102). Temos aqui um sofrimento ético-político vindo a tona e se deixando conhecer.

No processo de formação das representações sociais observamos que o veredicto precede o julgamento. É justamente a junção do processo de objetivação – transformando a si mesmo na figura do *réu* possuidor de culpa, *safado*– e de ancoragem – onde a figura *réu*

é ancorada numa espécie de *pena de morte psicológica* – que nos revela a tese do entrevistado e sua visão de *não vida* da situação em que se encontra.

Tal morte psicológica seria passível de transformar-se em biológica. Sawaia revela que:

[...] inúmeros fatos históricos podem ser citados para justificar a escolha do conceito de sofrimento ético-político, como o banzo, doença misteriosa que matava o negro escravo brasileiro. Ela é emblemática deste conceito, por indicar que um sofrimento psicossocial pode redundar em morte biológica (SAWAIA, 2001, p.104, grifo do autor)

Nesta entrevista, analisada com o suporte contextual, percebemos uma adaptação do não-familiar – processo que culminou com o morar nas ruas – em algo familiar – mostrar que em casa era uma vida e que nas ruas não se tem uma vida, e que vencer é voltar para casa.

Tudo se encaixou. As regras estão encaixadas em personagens e sistemas conhecidos. Culpável, acusador e sentença estão classificados em dimensões conhecidas. A adaptação – não sem constrangimento – revela, não somente uma construção representacional, mas também uma atitude. Contudo o que nos interessa aqui é perceber como foi construída e organizada esta representação, suas relações com a ação e suas conseqüências efetivas no vivido.

A hipótese deste quadro parece-nos a seguinte: A auto-representação deste *sujeito genérico* é pautada na incorporação da incriminação social de sua situação, independente da vulnerabilidade a que estava sujeito.

É interessante percebemos que, embora saiba explicar o *porque* está nas ruas, reconhecendo-se culpado, ele não sabe explicar especificamente o *como* sair das ruas. Nossa proposta é que essa falta de explicação do *como* sair da situação precária em contrapartida com as evidentes explicações sobre os motivos de estar na rua, revela um alto grau de assimilação do deslocamento da culpa. Mesmo porque a desaprovação social não impõe uma explicação nesta direção, pois:

O fenômeno de deslocamento sobre um bode expiatório [...] nem sempre faz aparecer comportamentos abertamente agressivos, mas mesclados de atitudes depreciativas, sob a forma de preconceitos e de estereótipos negativos. Ele pode ser entravado, em sua expressão, pelo temor de desaprovação social. O que aponta a influência do controle social sobre este tipo de processo intra-individual que outros modelos exploram (JODELET, 2001, p.55, grifo do autor)

Além do que, a situação de rua permanece.

Um segundo esboço de quadro sintético foi elaborado com o entrevistado Alcides, o qual explica como é discriminado e como se sente nesta situação:

“O pessoal não tem respeito!”

“Eles olha pra gente, a mesma coisa que tá olhando prum bicho! Só porque a gente tá barbudo, sujo!”

“Tem hora que pensa que a gente é ladrão, tarado [...]! A gente não é isso!”

“A gente tá na rua porque num qué!”

“Se sente mal com isso! Eu queria um pouco de respeito, só isso!”

Fica evidente aqui, que o entrevistado está explicando – em meio a sua auto-representação – a representação social a que é submetido. Os mediadores sociais, em especial os meios de comunicação, contribuem para estas representações negativas que ele próprio identificou quando da sua interação com os domiciliados. Ele identificou processos já conhecidos de discriminação reforçados por mediadores em geral: “De maneira geral, o que se pode notar, quer na TV, quer no rádio, quer nos jornais, é quase uma campanha de culpabilização coletiva dos pobres pela violência” (MELLO, 2001, p.139).

Destacamos que, ao objetivar discriminação em *bicho* e ancorar a figura *bicho* em um espaço de reivindicação ao respeito, o entrevistado revela uma não incorporação do rótulo e da atitude discriminatória. Também não aceita a incriminação – *a gente tá na rua porque num qué!*

Neste quadro nossa hipótese é que o entrevistado se auto-representa como não responsável por sua situação atual. Ele não apresenta o *porque* do estar morando nas ruas, porém explica o que se tem que fazer para sair delas.

Embora não incorpore a representação depreciativa, ele não apresenta *resultados* ou *conseqüências* muito distintos do entrevistado anterior.

Temos que, apesar das diferentes representações entre os dois não se observa transformações significativas quanto a ações de reivindicação – principalmente no que se refere ao entrevistado Alcides, que se manifestou na entrevista. Se confirmadas tais hipóteses, estas representações revelariam que:

*Mesmo que indivíduos pertencentes ao mesmo grupo social possam ser bastante diferentes em termos de suas personalidades, eles se aproximam uns dos outros no que diz respeito à estrutura básica de sua ação. Eles são similares com respeito ao habitus que incorporaram, bem como com respeito aos padrões de linguagem e racionalização que compartilham, isto é, com respeito às suas representações sociais. Ainda que provavelmente*

*diferentes em certos aspectos, essas disposições mentais são variações de um padrão comum subjacente, possível dentro de dadas condições sócio-culturais de vida* (WAGNER, 2000, p.173, grifo do autor)

Assim, independente da incorporação da incriminação social, as pessoas que moram nas ruas – apesar do estranho modo de vida que lhes foi imposto – explicam a situação, identificam e classificam os processos e agem com similaridades. Daí a importância de se desvendar a organização interna das representações sociais ser tanto quanto ou maior que desvendar seu conteúdo.

No contexto das entrevistas pudemos identificar algumas práticas que sugerem uma ligação direta com as representações apresentadas. O entrevistado José Roberto declarou estar nas ruas a apenas quatro meses, enquanto Alcides declarou estar nas ruas a aproximadamente seis anos. O tempo de estadia nas ruas pode ter relação com a incorporação ou não da culpa. Além disso, a intensidade da ligação com práticas passíveis de discriminação influencia nesta incorporação por serem repudiadas socialmente.

Enfim, são diversos os fatores a serem considerados, mas estes já podem nos dar uma dimensão do potencial dessas pesquisas referenciadas no conceito de representação social, embora este trabalho apresente apenas reflexões iniciais.

### 3 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

JODELET, Denise. Os processos psicossociais da exclusão. In: SAWAIA, Bader B. (Org.). **As artimanhas da exclusão**: análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis: Vozes, 2001, p.53-66.

MELLO, Sílvia L. A violência urbana e a exclusão dos jovens. In: SAWAIA, Bader B. (Org.). **As artimanhas da exclusão**: análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis: Vozes, 2001, p.129-40.

SÁ, Celso P. **Núcleo central das representações sociais**. Petrópolis: Vozes, 1996, 189p.

SAWAIA, Bader B. O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. In: \_\_\_\_ (Org.). **As artimanhas da exclusão**: análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis: Vozes, 2001, p.97-118.

WAGNER, Wolfgang. Descrição, explicação e método na pesquisa das representações sociais. In: GUARESCHI, P.; JOVCHELOVITCH, S. (Orgs.) **Textos em representações sociais**. 6.ed. Petrópolis: Vozes, 2000, p.149-86.